

Natal, RN — 10 de setembro de 2026

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Candidato(a) ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Carta de Encaminhamento de Recomendação Setorial Climática

CARTA DE RECOMENDAÇÕES CLIMÁTICAS PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (2027–2030)

Prezado(a) Candidato(a),

O Centro Brasil no Clima (CBC) cumpre o dever institucional e cidadão de apresentar a V. Sa. a Ficha Técnica Setorial Climática do Estado do Rio Grande do Norte, integrante da [2ª edição do Anuário Estadual de Mudanças Climáticas 2026](#). O Anuário consolida um diagnóstico rigoroso e independente sobre a governança climática, a trajetória de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e as principais vulnerabilidades socioambientais do território potiguar.

Diante da intensificação dos eventos climáticos extremos — como as secas prolongadas e o avanço da desertificação no Seridó, a insegurança hídrica no semiárido, a erosão costeira acelerada no litoral e as chuvas intensas com alagamentos em Natal e na região metropolitana —, a integração de diretrizes de mitigação e adaptação ao plano de governo para a gestão 2027–2030 ultrapassa a pauta ambiental: trata-se de um imperativo econômico, de infraestrutura e de proteção social.

1. Diagnóstico do Estado do Rio Grande do Norte

Eixo Temático	Diagnóstico Potiguar (Anuário 2026)
Governança e Legislação	Política Estadual de Mudanças Climáticas em tramitação e avanços na instituição do Fórum Estadual, mas ainda é necessário elaborar um plano de ação climática integrado, com metas, financiamento, execução e transparência.
Energia e Mobilidade	Segundo maior produtor de energia eólica do país, com expansão solar, eólica offshore e hidrogênio verde, mas baixa agregação local de valor. A produção de petróleo e gás permanece relevante na Bacia Potiguar, enquanto o transporte coletivo é frágil e dependente de combustíveis fósseis.
Uso do Solo e Biodiversidade	Degradação da Caatinga e avanço da desertificação, especialmente no Seridó, associados principalmente à agropecuária. No litoral, persistem pressões da aquicultura, da expansão urbana e de empreendimentos de energia renovável sobre manguezais, estuários, dunas, lagoas e remanescentes de Mata Atlântica.
Adaptação e Riscos	Secas, insegurança hídrica e desertificação afetam o semiárido, a agricultura familiar e a fruticultura irrigada do Vale do Açu. No litoral e nas áreas urbanas, destacam-se erosão costeira, chuvas intensas, alagamentos e inundações, agravados por deficiências no

	saneamento e na gestão de resíduos. O estado ainda carece de planos estaduais formalizados de adaptação e contingência.
--	---

2. Recomendações Setoriais Estratégicas para o Governo do Estado (2027–2030)

Com base no mapeamento técnico do Anuário 2026, o Centro Brasil no Clima recomenda ao estado do Rio Grande do Norte a adoção das seguintes prioridades setoriais:

A. Fortalecimento da Governança Climática e Financiamento

Aprovar e regulamentar a Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituir o Fórum Estadual e elaborar um Plano de Ação Climática integrado, com metas setoriais mensuráveis, responsabilidades definidas e vinculação ao orçamento. Estruturar um Fundo Estadual de Mudanças Climáticas para financiar ações de descarbonização e adaptação. Atualizar periodicamente o Inventário Estadual de Emissões de GEE, aprimorando os dados e a contabilização das emissões dos principais setores, e instituir o ICMS Ecológico.

B. Adaptação, Resiliência Urbana e Gestão de Riscos

Elaborar e implementar os Planos Estaduais de Adaptação Climática e de Contingência da Defesa Civil, integrando gestão hídrica, uso do solo, infraestrutura resiliente, proteção social e redução de riscos. Ampliar a segurança hídrica e o saneamento, além de apoiar os municípios na gestão de resíduos e no tratamento de esgoto. Fortalecer o combate à desertificação, incorporando o Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação, em fase final de revisão. Desenvolver medidas de adaptação costeira, ampliar o mapeamento de riscos, a drenagem urbana, os sistemas de alerta e a capacidade de resposta da Defesa Civil.

C. Transição Energética, Powershoring e Mobilidade Sustentável

Viabilizar o Porto Indústria Verde e a infraestrutura de apoio logístico para a futura cadeia de eólica offshore, setor no qual o Rio Grande do Norte detém o maior potencial do país, assegurando sustentabilidade, participação social e benefícios aos municípios. Apoiar o Fórum de Powershoring — iniciativa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, do Banco do Brasil e do Instituto Clima e Sociedade —, que articula governos, setor produtivo, instituições financeiras, universidades e sociedade civil em uma estratégia regional integrada para mobilizar R\$ 77 bilhões em investimentos entre 2027 e 2030. Utilizar essa cooperação regional para financiar a montagem de parques eólicos no mar e plantas de dessalinização de água em escala industrial que abasteçam a produção de hidrogênio e amônia verde: é o que sustenta o estado na vanguarda da geração limpa e atrai fornecedores globais de equipamentos. Além disso, aproveitar a expansão das energias renováveis para promover a formação profissional, a pesquisa, a inovação e a agregação de valor no estado; ampliar a geração solar distribuída e o uso de biogás; e promover uma transição justa nos municípios dependentes de petróleo e gás. Expandir também a eletrificação do transporte coletivo em Natal e Mossoró, articulada à melhoria dos serviços.

D. Proteção da Caatinga e do Litoral, Agroecologia e Restauração

Promover o manejo sustentável e a restauração da Caatinga, priorizando as áreas sujeitas à desertificação no Seridó. Proteger e restaurar manguezais, estuários, dunas, lagoas e remanescentes de Mata Atlântica. Ampliar o pagamento por serviços ambientais em áreas de recarga e nas bacias dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró. Fortalecer a execução do Plano ABC+ 2020–2030, ampliando a ATER e o acesso ao crédito e apoiando a recuperação de pastagens, a conservação dos solos, a eficiência hídrica, a agroecologia e a agricultura irrigada de baixo carbono, especialmente na agricultura familiar.

3. Compromisso com a Agenda Climática Potiguar

Convidamos V. Sa. a incorporar estas diretrizes estratégicas ao seu Programa de Governo definitivo e ao Plano Plurianual (PPA 2028–2031), reafirmando o protagonismo do Estado do Rio Grande do Norte no alcance das metas climáticas nacionais e globais.

Permanecemos à disposição para reuniões técnicas e aprofundamento das recomendações apresentadas.

Atenciosamente,

DIREÇÃO EXECUTIVA

Centro Brasil no Clima (CBC)

contato@centrobrasilnoclima.org | www.centrobrasilnoclima.org